

4. Ícone, Índice e Símbolo

1. ÍCONES E HIPOÍCONES

274. Um *Signo*, ou *Representâmen*, é um Primeiro que se coloca numa relação triádica genuína tal com um Segundo, denominado seu *Objeto*, que é capaz de determinar um Terceiro, denominado seu *Interpretante*, que assuma a mesma relação triádica com seu Objeto na qual ele próprio está em relação com o mesmo Objeto. A relação triádica é genuína, isto é, seus três membros estão por ela ligados de um modo tal que não consiste em nenhum complexo de relações diádicas. Essa é a razão pela qual o Interpretante, ou Terceiro, não se pode colocar numa mera relação diádica com o Objeto, mais sim deve colocar-se numa relação com ele do mesmo tipo da assumida pelo Representâmen. Tampouco pode a relação triádica na qual o Terceiro se coloca ser meramente similar àquela na qual se coloca o Primeiro, pois isto faria da relação do Terceiro com o Primeiro mera Secundidade degenerada. O Terceiro deve realmente colocar-se numa relação dessa espécie e, assim, deve ser capaz de determinar um Terceiro que lhe seja próprio; mas, além disso, deve ter uma segunda relação triádica na qual o Representâmen, ou melhor, a relação deste para com seu Objeto, será seu próprio (do Terceiro) Objeto, e deve ser capaz de determinar um Terceiro para essa relação. Tudo isso deve igualmente ser verdadeiro em relação ao Terceiro do Terceiro e assim por diante indefinidamente; e tudo isto, e mais ainda, está envolvido na idéia familiar de Signo; e como o termo Representâmen é aqui usado, nada mais está implicado. Um *Signo* é um Representâmen com um Interpretante mental. Possivelmente, poderá haver Representamens que não sejam Signos. Assim, se um girassol, ao virar-se na direção do sol, tornar-se por esse mesmo ato inteiramente capaz, sem nenhuma outra condição, de reproduzir um girassol que de um modo exatamente correspondente se volte na direção do sol, realizando isto com o mesmo poder reprodutor,

o girassol se transformaria num Representâmen do sol. Mas o pensamento é o principal, senão o único, modo de representação.

275. ...A mais importante divisão dos signos faz-se em *Ícones, Índices e Símbolos*. Embora nenhum Representâmen realmente funcione como tal até realmente determinar um Interpretante, torna-se um Representâmen tão logo seja plenamente capaz de assim proceder; e sua Qualidade Representativa não depende necessariamente de ele alguma vez realmente determinar um Interpretante, nem de ele alguma vez ter realmente um Objeto.

276. Um *Ícone* é um Representâmen cuja Qualidade Representativa é uma sua Primeiridade como Primeiro. Ou seja, a qualidade que ele tem *qua* coisa o torna apto a ser um representâmen. Assim, qualquer coisa é capaz de ser um Substituto para qualquer coisa com a qual se assemelhe. (A concepção de "substituto" envolve a de um propósito e, com isso, a de Terceiridade genuína.) Veremos se há ou não outras espécies de substitutos. Um Representâmen apenas por Primeiridade somente pode ter um Objeto similar. Assim, um Signo por Contraste denota seu objeto apenas por força de um contraste, ou Secundidade, entre duas qualidades. Um signo por Primeiridade é uma imagem de seu objeto e, em termos mais estritos, só pode ser uma *idéia*, pois deve produzir uma idéia Interpretante, e um objeto externo excita uma idéia através de uma reação sobre o cérebro. Contudo, em termos mais estritos ainda, mesmo uma idéia, exceto no sentido de uma possibilidade, ou primeiridade, não pode ser um Ícone. Uma simples possibilidade é um Ícone puramente por força de sua qualidade, e seu objeto só pode ser uma Primeiridade. Mas, um signo pode ser icônico, isto é, pode representar seu objeto principalmente através de sua similaridade, não importa qual seja seu modo de ser. Se o que se quer é um substantivo, um representâmen icônico pode ser denominado de *hipoícone*. Qualquer imagem material, como uma pintura, é grandemente convencional em seu modo de representação, porém em si mesma, sem legenda ou rótulo, pode ser denominada *hipoícone*.

277. Os hipoícones, *grosso modo*, podem ser divididos de acordo com o modo de Primeiridade de que participem. Os que participam das qualidades simples, ou Primeira Primeiridade, são *imagens*; os que representam as relações, principalmente as *diádicas*, ou as que são assim consideradas, das partes de uma coisa através de relações análogas em suas próprias partes, são *diagramas*; os que representam o caráter representativo de um representâmen através da representação de um paralelismo com alguma outra coisa, são *metáforas*.

278. A única maneira de comunicar diretamente uma idéia é através de um ícone; e todo método de comunicação indireta de uma idéia deve depender, para ser estabelecido, do uso de um ícone. Daí segue-se que toda asserção deve conter um ícone ou conjunto de ícones, ou então deve conter signos cujo significado só seja explicável por ícones. A idéia significada por um conjunto de ícones (ou o equivalente a um conjunto de ícones) contido numa asserção pode ser denominada de *predicado* da asserção.

279. Voltando-nos agora para a evidência retórica, é fato comum a existência de representações tais como os ícones. Todo quando (por mais convencional que seja seu método) é essencial-

mente uma representação dessa espécie. Também o é todo diagrama, ainda que não haja semelhança sensível alguma entre ele e seu objeto, mas apenas uma analogia entre as relações das partes de cada um. São particularmente merecedores de nota os ícones cuja semelhança é ajudada por regras convencionais. Assim, uma fórmula algébrica é um ícone, tornada tal pelas regras de comutação, associação e distribuição dos símbolos. À primeira vista, pode parecer uma classificação arbitrária denominar uma expressão algébrica de ícone; e que ela poderia ser da mesma forma, ou com mais razão ainda, considerada como um signo convencional composto. Mas não é assim, pois uma importante propriedade peculiar ao ícone é a de que, através de sua observação direta, outras verdades relativas a seu objeto podem ser descobertas além das que bastam para determinar sua construção. Assim, através de duas fotografias pode-se desenhar um mapa, etc. Dado um signo convencional ou um outro signo geral de um objeto, para deduzir-se qualquer outra verdade além da que ele explicitamente significa, é necessário, em todos os casos, substituir esse signo por um ícone. Esta capacidade de revelar verdades insuspeitadas é exatamente aquela na qual consiste a utilidade das fórmulas algébricas, de tal modo que o caráter icônico é o que prevalece.

280. O fato de ícones da espécie algébrica, embora normalmente muito simples, existirem em todas as proposições gramaticais comuns é uma das verdades filosóficas trazidas à luz pela lógica booleana. Em todas as escritas primitivas, como nos hieróglifos egípcios, há ícones de um tipo não lógico, os ideógrafos. Nas primeiras formas da fala houve, provavelmente, grande quantidade de elementos de mimetismo. Contudo, em todas as línguas conhecidas, tais representações foram substituídas pelos signos auditivos convencionais. Estes, no entanto, são de tal natureza que só podem ser explicados através de ícones. Mas, na sintaxe de toda língua, existem ícones lógicos do tipo dos que são auxiliados por regras convencionais...

281. As fotografias, especialmente as do tipo "instantâneo", são muito instrutivas, pois sabemos que, sob certos aspectos, são exatamente como os objetos que representam. Esta semelhança, porém, deve-se ao fato de terem sido produzidas em circunstâncias tais que foram fisicamente forçadas a corresponder ponto por ponto à natureza. Sob esse aspecto, então, pertencem à segunda classe dos signos, aqueles que o são por conexão física. É outro o caso se eu supuser que é provável que as zebras sejam animais obstinados ou, por qualquer outra razão, desagradáveis, porque parecem ter uma semelhança genérica com as mulas, e estas são teimosas. Aqui, as mulas estão servindo exatamente como um semelhante provável da zebra. É verdade que supomos que a semelhança tem uma causa física na hereditariedade, porém esta afinidade hereditária é, ela mesma, apenas uma inferência oriunda da semelhança entre dois animais, e não temos (como no caso da fotografia) nenhum conhecimento independente sobre as circunstâncias da produção das duas espécies. Outro exemplo do uso de uma semelhança é o desenho que um artista faz de uma estátua, de uma composição pictórica, de uma construção arquitetônica, ou de uma peça de decoração, através de cuja contemplação ele pode assegurar-se se aquilo que ele está propondo será bonito ou satisfatório. A questão

que ele se colocou é assim respondida quase com certeza, uma vez que se relaciona à maneira pela qual o próprio artista será afetado. Verifica-se que o raciocínio dos matemáticos gira fundamentalmente em torno do uso de semelhanças, que são os próprios gonzos dos portões de sua ciência. A utilidade da semelhança para os matemáticos consiste na sugestão que fazem, de um modo bastante preciso, de novos aspectos de supostos estados de coisas...

282. Muitos diagramas não se assemelham, de modo algum, com seus objetos, quanto à aparência; a semelhança entre eles consiste apenas quanto à relação entre suas partes. Assim, podemos indicar a relação entre as diferentes espécies de signos através de uma chave:

Signos: { Ícones,
Índices,
Símbolos

Isso é um ícone. Mas o único aspecto pelo qual se assemelha a seu objeto é que a chave mostra que as classes de *ícones*, *índices* e *símbolos* estão relacionadas umas com as outras e com a classe geral dos signos, como de fato estão, de um modo geral. Quando, em álgebra, escrevemos equações uma sob a outra, numa disposição regular, particularmente quando usamos letras semelhantes para coeficientes correspondentes, a disposição obtida é um ícone. Um exemplo:

$$a_1x + b_1y = n_1$$

$$a_2x + b_2y = n_2$$

Isso é um ícone, pelo fato de fazer com que se assemelhem quantidades que mantêm relações análogas com o problema. Com efeito, toda equação algébrica, é um ícone, na medida em que *exibe*, através de signos algébricos (que em si mesmos não são ícones), as relações das quantidades em questão.

Pode-se discutir se todos os ícones são semelhanças ou não. Por exemplo, se um bêbado é exibido com o fito de ressaltar, por contraste, as excelências da temperança, isso é certamente um ícone, mas é discutível se se tem aqui uma semelhança ou não. A questão parece relativamente banal.

2. ÍNDICES GENUÍNOS E DEGENERADOS

283. Um Índice ou Sema^a (σημα) é um Representâmen cujo caráter Representativo consiste em ser um segundo individual. Se a Secundidade for uma relação existencial, o Índice é genuíno. Se a Secundidade for uma referência, o Índice é degenerado. Um Índice genuíno e seu Objeto devem ser individuais existentes (quer sejam

a. Sema é usualmente reservado para os dicissignos de índice que constituem uma subclasse dos índices.

coisas ou fatos), e seu Interpretante imediato deve ter o mesmo caráter. Mas, dado que todo individual deve ter caracteres, segue-se que um Índice genuíno pode conter uma Primeiridade, e portanto um Ícone, como uma sua parte constituinte. Todo individual é um Índice degenerado de seus próprios caracteres.

284. Subíndices ou Hipossemas são signos que se tornam tais principalmente através da conexão real com seus objetos. Assim, um substantivo próprio, um demonstrativo pessoal, um pronome relativo ou a letra que se aplica a um diagrama, denota o que denota em virtude de uma conexão real com seu objeto, mas nenhum desses elementos é um Índice, dado que não são individuais.

285. Examinemos alguns exemplos de índices. Vejo um homem que anda gingando. Isso é uma indicação provável de que é marinho. Vejo um homem de pernas arqueadas usando calça de veludo, botas e uma jaqueta. Estas são indicações prováveis de que é um jóquei ou algo assim. Um quadrante solar ou um relógio indicam a hora. Os geômetras colocam letras em partes diferentes de seus diagramas e, a seguir, usam estas letras para indicar essas partes. As letras são usadas de modo semelhante por advogados e outros. Assim, podemos dizer: Se A e B são casados e têm um filho C, sendo D irmão de A, então D é tio de C. Neste caso, A, B, C e D preenchem as funções de pronomes relativos, porém são mais convenientes do que estes, dado que não requerem uma especial colocação de palavras. Uma batida na porta é um índice. Tudo o que atrai a atenção é índice. Tudo o que nos surpreende é índice, na medida em que assinala a junção entre duas porções de experiência. Assim, um violento relâmpago indica que algo considerável ocorreu, embora não saibamos exatamente qual foi o evento. Espera-se, no entanto, que ele se ligue com alguma outra experiência.

286. ... Um barômetro a marcar pressão baixa e ar úmido é índice de chuva; isto é, supomos que as forças da natureza estabelecem uma conexão provável entre o barômetro que marca pressão baixa com o ar úmido e a chuva iminente. Um cata-vento é um índice da direção do vento dado que, em primeiro lugar, ele realmente assume a mesma direção do vento, de modo tal que há uma conexão real entre ambos, e, em segundo lugar, somos constituídos de tal forma que, quando vemos um cata-vento apontando numa certa direção, nossa atenção é atraída para essa direção e, quando vemos o cata-vento girando com o vento, somos forçados, por uma lei do espírito, a pensar que essa direção tem uma relação com o vento. A estrela polar é um índice, ou um dedo indicador, que nos mostra onde fica o Norte. Um nível de bolha, ou um fio de prumo, é um índice da direção vertical. Um metro de madeira, à primeira vista, poderia parecer um ícone de um metro, e assim seria se pretendesse meramente mostrar um metro da maneira mais próxima possível de como um metro pode ser visto e considerado. Contudo, o verdadeiro propósito de um metro de madeira é o de mostrar um metro de uma maneira mais aproximada do que poderia ser avaliado por sua aparência. E isto ele o faz em consequência de uma acurada comparação mecânica com a barra guardada em Paris e que se chama *metro*. Assim, é

uma conexão real que atribui ao metro de madeira seu valor como representâmen, e com isso ele é um *índice*, e não um mero *ícone*.

287. Quando um cocheiro, para atrair a atenção de um pedestre e fazer com que ele se afaste, grita "Ei!", esse grito, na medida em que é uma palavra significativa, como se verá a seguir, é algo mais do que um índice; porém, na medida em que se pretende que apenas atue sobre o sistema nervoso do ouvinte de modo a levá-lo a sair do lugar, é um índice, dado que se pretende colocá-lo numa conexão real com o objeto, que é sua situação relativa ao veículo que se aproxima. Suponhamos que dois homens se encontrem numa estrada e que um deles diga ao outro: "A chaminé daquela casa está acesa". O outro olha à sua volta e vê uma casa com cortinas verdes e varanda e com uma chaminé da qual sai fumaça. Anda algumas milhas e encontra um segundo viajante. Com simplicidade, diz: "A chaminé daquela casa está acesa". "Que casa?", pergunta o outro. "Oh, uma casa com cortinas verdes e uma varanda", responde o simplório. "Onde está a casa?" pergunta o forasteiro. Ele deseja um *índice* que ligue a informação que lhe dão com a casa pretendida. Palavras apenas não podem fazê-lo. Os pronomes demonstrativos "este" e "aquele" são índices. Pois levam o ouvinte a usar seus poderes de observação, estabelecendo dessa maneira uma conexão real entre sua mente e o objeto; e se o pronome demonstrativo o faz — sem o que seu significado não é compreendido — estabelece a conexão desejada; e, portanto, é um índice. Os pronomes relativos *quem* e *o que* requerem uma atividade de observação bastante similar, só que no seu caso a observação tem de ser dirigida para as palavras antecedentes. Os advogados usam A, B, C, praticamente, como pronomes relativos bastante efetivos. Para demonstrar quão efetivos eles são, podemos observar que Allen e Greenough, em sua admirável (embora, na edição de 1877, demasiado restrita) Gramática Latina, declaram que nenhuma sintaxe concebível poderia remover inteiramente a ambigüidade desta frase: "A respondeu a B que ele achava C (seu irmão) mais injusto para com ele mesmo do que para com seu próprio amigo"^a. Ora, qualquer advogado diria a mesma coisa com perfeita clareza, usando A, B e C como pronomes relativos, da seguinte forma:

A respondeu a B que ele (A) achava C (seu (de A) irmão)
(B) (de B)

(A) (de A)
mais injusto para com ele mesmo (B) do que para com seu (de B) próprio amigo!
(C) (de C)

a. *New Latin Grammar*, p. 131n (edição de 1884).

1. As gramáticas modernas definem o pronome como a palavra usada em lugar do nome. Essa é uma doutrina antiga que, surgida no começo do século XIII, desapareceu das gramáticas durante várias centenas de anos. Contudo, a que a substituiu não era muito clara e, quando irrompeu uma fúria irracional contra o pensamento medieval, ela foi varrida do caminho. Algumas gramáticas recentes, como a de Allen e Greenough, colocam as coisas de novo em seu devido lugar. Não há razão alguma para dizer-se que *eu*, *vós*, *aquela*, *este* estão em lugar de nomes; indicam coisas do modo mais direto possível. É impossível exprimir aquilo a que uma asserção se refere exceto através de um índice. Um pronome é um índice. Um nome, por outro lado, não *indica* o objeto que denota; e quando um nome é usado para mostrar aquilo

As terminações que, em toda língua flexionada, estão ligadas a palavras "governadas" por outras palavras, e servem para mostrar qual é a palavra governante, através da repetição daquilo que, em outra parte, é expresso da mesma forma são igualmente *índices* da mesma espécie dos pronomes relativos. Qualquer trecho de poesia latina ilustra este ponto, tal como a sentença de doze linhas que começa por "*Jam satis terris*". Tanto nessas terminações quanto em A, B, C, o ato de chamar a atenção para o objeto certo depende de uma semelhança. Contudo, isto não as torna ícones, de algum modo importante, pois não tem conseqüência alguma o modo pelo qual são redigidas as letras A, B e C ou quais sejam as terminações. A circunstância importante não é que uma ocorrência da letra A seja igual a uma ocorrência anterior, porém sim o *fato de que há uma compreensão de que letras iguais representam a mesma coisa*, e isto atua como uma força que chama a atenção de uma ocorrência de A para uma ocorrência prévia. Um pronome possessivo é um índice sob dois aspectos: primeiramente, indica o possuidor e, em segundo lugar, tem uma modificação que sintaticamente leva a atenção para a palavra que denota a coisa possuída.

288. Alguns índices são instruções mais ou menos detalhadas daquilo que o ouvinte precisa fazer a fim de pôr-se em conexão experiencial direta ou de outro tipo, com a coisa significada. Assim, a Guarda Costeira divulga "Avisos aos Navegantes" dando latitude e longitude, quatro ou cinco posições de objetos importantes, etc. e dizendo *há* um rochedo, ou um banco de areia, ou uma bóia, ou barco-farol. Embora existam outros elementos nessas instruções na essência são índices.

289. Junto com tais instruções indiciais sobre o que fazer para encontrar o objeto significado, deveriam ser classificados aqueles pronomes que seria mister denominar pronomes *seletivos* (ou quantificadores) porque informam o ouvinte sobre como deve ele escolher um dos objetos pretendidos, porém que os gramáticos designam, de um modo bastante indefinido, de pronomes *indefinidos*. Duas espécies destes pronomes são particularmente importantes na lógica, os *seletivos universais*, tais como *quívís, quilibet, quisquam, ullus, nullus, nemo, quisque, uterque*, e para nós *qualquer, cada, todos, nenhum, nem um, qualquer que, quem quer que, cada qual, qualquer um, ninguém*. Isto significa que o ouvinte é livre para escolher qualquer dos casos que preferir dentro dos limites expressos ou compreendidos, e a asserção pretende ser adequada a esse caso. A outra espécie importante na lógica consiste nas *partículas seletivas*, *quis, quispiam, nescio quis, aliquis, quidam*, e para nós *algum, algo, alguém, uma, uma certa, este ou aquele, o adequado, um*.

sobre o que se fala, confia-se na experiência do ouvinte para compensar a incapacidade do nome de fazer aquilo que o pronome realiza de imediato. Assim, um nome é um substituto imperfeito de um pronome. Os nomes também servem para ajudar os verbos. Um pronome deveria ser definido como *uma palavra que pode indicar qualquer coisa com a qual a primeira e segunda pessoas mantêm conexões reais adequadas, através do ato de chamar a atenção da segunda pessoa para isso*. Allen e Greenough dizem que "os pronomes indicam alguma pessoa ou coisa sem as nomear ou descrever" (p. 128, edição de 1884). Isto é correto — confortavelmente correto: só que parece melhor dizer o que os pronomes *fazem*, e não apenas o que não fazem.

Associadas aos pronomes acima há expressões como *todos menos um; um ou dois; uns poucos; quase todos; um sim, um não*, etc. Com os pronomes é preciso classificar os advérbios de lugar e tempo, etc.

Não muito distintas destas são *o primeiro, o último, o sétimo, dois terços de, milhares de*, etc.

290. Outras palavras indiciais são as preposições, e as frases preposicionadas como "à direita (ou esquerda) de". Direita e esquerda não podem ser distinguidas por uma descrição geral qualquer. Outras preposições significam relações que talvez possam ser descritas; porém quando se referem, como o fazem mais freqüentemente do que se pensa, a uma situação relativa à localização e atitude observada, ou que se supõe ser experimentalmente conhecida, do locutor relativamente à localização e atitude do ouvinte, neste caso o elemento indicial é o elemento predominante.²

291. Ícones e índices nada afirmam. Se um ícone pudesse ser interpretado por uma sentença, tal sentença deveria estar num "modo potencial", isto é, ela simplesmente diria "Suponhamos que uma figura tem três lados", etc. Fosse um índice assim interpretado, o modo deveria ser imperativo ou exclamatório, como em "Olhe lá!" ou "Cuidado!" Mas, a espécie de signos que passamos a considerar acham-se, por natureza, no modo "indicativo" ou, como deveria ser chamado, no modo *declarativo*³. Sem dúvida podem eles servir para a expressão de qualquer outro modo, pois podemos dizer que as asserções são duvidosas, ou simples interrogações, ou requisitos imperativos.³

2. Se um lógico tivesse de elaborar uma língua *de novo* — o que, na verdade, ele quase tem de fazer — naturalmente iria dizer: Necessitarei de preposições para expressar as relações temporais de *antes, depois e ao mesmo tempo* que, necessitarei de preposições para expressar as relações espaciais de *adjacência, inclusão, justaposição, ao alcance de, próximo de, distante de, à direita de, acima de, abaixo de, antes de, atrás de*, e necessitarei de preposições para expressar movimentos na direção de ou a partir destas situações. Quanto ao resto, metáforas são suficientes. Só se eu pretender que minha língua seja usada por pessoas que tenham um grande acidente geográfico relacionado da mesma forma com todas elas, como uma cordilheira, o mar, um grande rio, é que será desejável dispor de proposições que signifiquem situações relativas a esse fato, como *através, na direção do mar*, etc. Mas, quando examinamos línguas reais, é como se elas tivessem preenchido com gestos o lugar de muitas destas distinções. Os egípcios não tinham preposição alguma, nem demonstrativo, que fizessem qualquer referência direta ao Nilo. No entanto, os esquimós, tão envolvidos em suas peles de urso, têm demonstrativos que estabelecem distinção entre *na direção da terra, na direção do mar, norte, sul, leste e oeste*.

Examinando, porém, os casos ou preposições de qualquer língua real, descobrimos que elas se apresentam como um conjunto aleatório.

3. A nomenclatura da gramática, como a da lógica, deriva principalmente de um latim tardio, com as palavras sendo transpostas do grego, o prefixo latino traduzindo o prefixo grego e a raiz latina, a raiz grega. Contudo, enquanto as palavras da lógica foram escolhidas com enfadonho cuidado, os gramáticos foram excessivamente descuidados, e nenhum mais do que Prisciano. A palavra *indicativo* é uma das criações de Prisciano. Com toda evidência, ela pretendia traduzir o termo de Aristóteles *ἀποφαντική*. Contudo, a palavra equivale exatamente a *declarativo*, tanto na significação quanto em relação às regras de transposição: *de*, tomando o lugar de *ἀπο* como é usual nessas formações artificiais (*demonstração* por *ἀπόδειξις*, etc.) e *clarare* representando *φάωειν*, tornar claro. A razão talvez de Prisciano não haver escolhido a palavra *declaratiuus* foi que Apuleio (cf. *Geschichte der Logik*, I, 581, de Prantl), grande autoridade em palavras, usou-a com um sentido algo diverso.

3. A NATUREZA DOS SÍMBOLOS

292. Um Símbolo é um Representamen cujo caráter representativo consiste exatamente em ser uma regra que determinará seu Interpretante. Todas as palavras, frases, livros e outros signos convencionais são Símbolos. Falamos em escrever ou pronunciar a palavra "man", (homem) mas isso é apenas uma *réplica*, ou corporificação da palavra, que é pronunciada ou escrita. A palavra, em si mesma, não tem existência embora tenha um ser real que *consiste no* fato que os existentes se *deverão* conformar a ela. É, uma forma geral de sucessão de três sons ou representemens de sons, que só se torna um signo pelo fato de que um hábito, ou lei adquirida, fará com que suas réplicas sejam interpretadas como significando "man". A palavra e seu significado são, ambos, regras gerais; porém, dos dois, apenas a palavra prescreve a qualidade de suas réplicas em si mesmas. A "palavra" e seu "significado" não diferem em nenhum outro aspecto, a menos que algum sentido especial seja atribuído ao "significado".

293. Um Símbolo é uma lei ou regularidade do futuro indefinido. Seu Interpretante deve obedecer à mesma descrição, e o mesmo deve acontecer com o Objeto imediato completo, ou significado⁴. Contudo, uma lei necessariamente governa, ou "está corporificada em" individuais, e prescreve algumas de suas qualidades. Conseqüentemente, um constituinte de um Símbolo pode ser um Índice, e um outro constituinte pode ser um Ícone. Um homem, que caminha com uma criança, levanta o braço para o ar, aponta e diz: "Lá está um balão". O braço que aponta é uma parte essencial do símbolo, sem a qual este não veicularia informação alguma. Mas, se a criança perguntar: "O que é um balão?", e o homem responder: "É algo como uma grande bolha de sabão", ele torna a imagem uma parte do símbolo. Assim, embora o objeto completo de um símbolo, quer dizer, seu significado, seja da natureza de uma lei, deve ele *denotar* um individual e deve *significar* um caráter. Um símbolo *genuíno* é um símbolo que tem um significado geral. Há duas espécies de símbolos degenerados, o *Símbolo Singular*, cujo Objeto é um existente individual, e que significa apenas aqueles caracteres que aquele individual pode conceber; e o *Símbolo Abstrato*, cujo Objeto único é um caráter.

294. Embora o Interpretante imediato de um Índice deva ser Índice, dado que seu Objeto pode ser o Objeto de um Símbolo (Singular) Individual, o Índice pode ter um tal Símbolo como seu Interpretante indireto. Mesmo um Símbolo genuíno pode ser seu Interpretante imperfeito. Desse modo, um *ícone* pode ter um Índice degenerado, ou um Símbolo Abstrato, por Interpretante indireto, e um Índice ou Símbolo genuíno por Interpretante imperfeito.

295. Um *Símbolo* é um signo naturalmente adequado a declarar que o conjunto de objetos que é denotado por qualquer

4. Há duas maneiras pelas quais um Símbolo pode ter uma Coisa Existencial como seu Objeto real. Em primeiro lugar, a coisa pode conformar-se a ele, quer acidentalmente ou em virtude de ter o Símbolo a virtude de um hábito que se expande e, em segundo lugar, pelo fato de o Símbolo ter um Índice como parte de si mesmo. Mas o objeto imediato de um símbolo só pode ser um símbolo, e se ele tiver, em sua própria natureza, uma outra espécie de objeto, isto deve ocorrer através de uma *série sem fim*.

conjunto de índices que possa, sob certos aspectos, a ele estar ligado, é representado por um ícone com ele associado. Para mostrar aquilo que esta complicada definição significa, tomemos como exemplo de um símbolo a palavra "ama". Associada a esta palavra está uma idéia, que é o ícone mental de uma pessoa amando uma outra. Devemos entender que "ama" ocorre numa sentença, pois aquilo que ela pode significar por si mesma, se é que significa algo, não interessa aqui. Seja, então, a sentença "Ezequiel ama Hulda". Assim, Ezequiel e Hulda devem ser ou conter índices, pois sem índices é impossível designar aquilo sobre o que se está falando. Uma simples descrição qualquer deixaria incerto se eles são ou não apenas personagens de uma balada; porém, quer eles o sejam ou não, índices podem designá-los. Pois bem, o efeito da palavra "ama" é que o par de objetos denotado pelo par de índices Ezequiel e Hulda é representado pelo ícone ou imagem que temos, em nossas mentes, de um enamorado e sua amada.

296. O mesmo é igualmente verdadeiro a respeito de todo verbo no modo declarativo; e, na realidade, de qualquer verbo, pois os outros modos são apenas declarações de um fato ligeiramente diferente daquele que é expresso pelo modo declarativo. Quanto ao substantivo, considerando o significado que ele tem na sentença, e não em si mesmo, é ele convenientemente encarado como parte de um símbolo. Assim, a sentença "todo homem ama uma mulher" equivale a "tudo o que for homem ama algo que é mulher". Aqui, "tudo o que" é um índice seletivo universal, "for homem" é um símbolo, "ama" é um símbolo, "algo que" é um índice seletivo particular, e "é mulher" é um símbolo...

297. A palavra *Símbolo* possui tantos significados que seria uma ofensa à língua acrescentar-lhe mais um. Creio que a significação que lhe atribuo, a de um signo convencional, ou de um signo que depende de um hábito (adquirido ou nato), não é tanto um novo significado, mas sim um retorno ao significado original. Etimologicamente, deveria significar uma coisa que corre junto com, tal como *ἔμβολον* (êmbolon) é uma coisa que corre dentro de algo, um ferrolho, e como *παράβολον* (parabolum) é uma coisa que corre ao lado de, segurança colateral, e como *πόβολον* (hipobolum) é uma coisa que corre por baixo de, um presente antenupcial. Normalmente se diz que na palavra *símbolo* é preciso entender o "correr junto com" no sentido de "conjecturar"; mas, se fosse este o caso, deveríamos descobrir que *algumas vezes*, pelo menos, significaria uma conjectura, significado à cuja procura em vão vasculharíamos a literatura. Os gregos, porém, usavam com muita freqüência "lançar junto" (*συμβάλλειν*) para significar a celebração de um contrato ou convenção. Ora, encontramos a palavra símbolo (*σύμβολον*) amiúde, desde cedo, usada para significar uma convenção ou contrato. Aristóteles chama o substantivo de "símbolo", isto é, um signo convencional^a. Em grego, fogueira é um "símbolo", isto é, um sinal convencional; um estandarte ou insígnia é um "símbolo", uma senha é um "símbolo", um emblema é um "símbolo"; um credo religioso é chamado de "símbolo", porque serve como emblema ou contra-senha; uma entrada de teatro é um "símbolo"; um bilhete ou talão

a. *De Interpretatione*, II, 16a, 12.

qualquer que autorize alguém a receber algo é um "símbolo". Além do mais, qualquer expressão de sentimento era chamada de "símbolo". Esses eram os significados principais da palavra na língua original. O leitor julgará se bastam para justificar minha pretensão de que não estou distorcendo seriamente a palavra ao fazer dela o emprego que proponho.

298. Qualquer palavra comum, como "dar", "pássaro", "casamento", é exemplo de símbolo. O símbolo é aplicável a tudo o que possa concretizar a idéia ligada à palavra; em si mesmo, não identifica essas coisas. Não nos mostra um pássaro, nem realiza, diante de nossos olhos, uma doação ou um casamento, mas supõe que somos capazes de imaginar essas coisas, e a elas associar a palavra.

299. Uma progressão regular de um, dois, três pode ser observada nas três ordens de signos, Ícone, Índice e Símbolo. O Ícone não tem conexão dinâmica alguma com o objeto que representa; simplesmente acontece que suas qualidades se assemelham às do objeto e excitam sensações análogas na mente para a qual é uma semelhança. Mas, na verdade, não mantém conexão com elas. O índice está fisicamente conectado com seu objeto; formam, ambos, um par orgânico, porém a mente interpretante nada tem a ver com essa conexão, exceto o fato de registrá-la, depois de ser estabelecida. O símbolo está conectado a seu objeto por força da idéia da mente-que-usa-o-símbolo, sem a qual essa conexão não existiria.

300. Toda força física atua entre um par de partículas, uma qualquer das quais pode servir como um índice da outra. Por outro lado, veremos que toda operação intelectual envolve uma tríade de símbolo.

301. Um símbolo, como vimos, não pode indicar uma coisa particular qualquer; ele denota uma espécie de coisa. É não apenas isso como também, em si mesmo, uma espécie e não uma coisa singular. Podemos escrever a palavra "estrela", porém isso não faz, de quem a escreveu, o criador da palavra, assim como, se apagarmos a palavra, não a destruímos. A palavra vive na mente dos que a usam. Mesmo que estejam dormindo, ela existe em suas memórias. Assim, podemos admitir, se houver razão para assim proceder, que os universais são meras palavras, e isto sem dizer, como Ocam supunha,^a que na verdade são individuais.

302. Os símbolos crescem. Retiram seu ser do desenvolvimento de outros signos, especialmente dos ícones, ou de signos misturados que compartilham da natureza dos ícones e símbolos. Só pensamos com signos. Estes signos mentais são de natureza mista; denominam-se conceitos suas partes-símbolo. Se alguém cria um novo símbolo, ele o faz por meio de pensamentos que envolvem conceitos. Assim, é apenas a partir de outros símbolos que um novo símbolo pode surgir. *Omne symbolum de symbolo.* Um símbolo, uma vez existindo, espalha-se entre as pessoas. No uso e na prática, seu significado cresce. Palavras como *força, lei, riqueza, casamento* veiculam-nos significados bem

a. Cf. *Tractatus Logicae*, I, xiv.

distintos dos veiculados para nossos antepassados bárbaros. O símbolo pode, como a esfinge de Emerson, dizer ao homem:

De teu olho sou um olhar.

4. SIGNO^a

303. Qualquer coisa que conduz alguma outra coisa (seu *interpretante*) a referir-se a um objeto ao qual ela mesma se refere (seu *objeto*), de modo idêntico, transformando-se o interpretante, por sua vez, em signo, e assim sucessivamente *ad infinitum*.

Sem dúvida, uma consciência inteligente deve entrar nessa série. Se a série de interpretantes sucessivos vem a ter fim, em virtude desse fato o signo torna-se, pelo menos, imperfeito. Se tendo sido determinada uma idéia interpretante numa consciência individual, essa idéia não determina um signo subsequente, ficando aniquilada essa consciência ou perdendo toda lembrança ou outro efeito significante do signo, torna-se impossível saber se alguma vez existiu uma tal idéia nessa consciência; e, neste caso, é difícil saber como poderia ter qualquer significado dizer que essa consciência jamais teve essa idéia, uma vez que o ato de dizer isso já seria um interpretante dessa idéia.

304. Um signo é um *icone*, um *índice* ou um *símbolo*. Um *icone* é um signo que possuiria o caráter que o torna significante, mesmo que seu objeto não existisse, tal como um risco feito a lápis representando uma linha geométrica. Um *índice* é um signo que de repente perderia seu caráter que o torna um signo se seu objeto fosse removido, mas que não perderia esse caráter se não houvesse interpretante. Tal é, por exemplo, o caso de um molde com um buraco de bala como signo de um tiro, pois sem o tiro não teria havido buraco; porém, nele existe um buraco, quer fênha alguém ou não a capacidade de atribuí-lo a um tiro. Um *símbolo* é um signo que perderia o caráter que o torna um signo se não houvesse um interpretante. Tal é o caso de qualquer elocução de discurso que significa aquilo que significa apenas por força de compreender-se que possui essa significação.

5. ÍNDICE^b

305. Um signo, ou representação, que se refere a seu objeto não tanto em virtude de uma similaridade ou analogia qualquer com ele, nem pelo fato de estar associado a caracteres gerais que esse objeto acontece ter, mais sim por estar numa conexão dinâmica (espacial inclusive) tanto com o objeto individual, por um lado, quanto, por outro lado, com os sentidos ou a memória da pessoa a quem serve de signo.

Nenhuma questão de fato pode ser asseverada sem o uso de algum signo que sirva como índice. Se A diz a B "Há um incêndio", B perguntará "Onde?" A partir do que, A vê-se forçado a recorrer a um índice, mesmo que ele esteja fazendo referência a um lugar qualquer do universo real, passado e futuro. Caso

a. *Dictionary of Philosophy & Psychology*, vol. 2, p. 527.

b. *Ibid.*, vol. 1, pp. 531-2.

contrário, ele apenas teria dito que existe uma idéia como a de fogo, que não veicularia informação alguma porquanto, a menos que já fosse conhecida, a palavra "fogo" seria ininteligível. Se A aponta o dedo na direção do fogo, seu dedo está dinamicamente conectado ao fogo, tal como se um alarma contra fogo auto-ativante o tivesse voltado nessa direção, ao mesmo tempo em que também força o olhar de B a virar-se nessa direção, sua atenção a debruçar-se sobre o fato, e sua compreensão a reconhecer que sua pergunta está sendo respondida. Se a resposta de A for "A cerca de mil metros daqui", a palavra "aqui" é um índice, pois tem exatamente a mesma força que teria se ele houvesse apontado energicamente para o chão entre ele e B. Além disso, a palavra "metro", embora represente um objeto de uma classe geral, indiretamente é indicial, posto que as barras de um metro são, em si mesmas, signo de um padrão, e isso não porque possuam qualidades similares, pois todas as propriedades pertinentes de uma barra pequena são, tanto quanto podemos perceber, as mesmas de uma barra grande, mas sim porque cada uma delas, foi concreta ou virtualmente, acertada com o protótipo e sujeita a certas operações dinâmicas, enquanto que a compulsão associativa traz à nossa mente, quando vemos uma delas, várias experiências, e leva-nos a encará-las como relacionadas a algo de extensão fixa, ainda que possamos não ter refletido sobre o fato de que o padrão é uma barra material. Tais considerações poderiam induzir o leitor a supor que os índices se referem exclusivamente a objetos da experiência, e que não haveria uso algum para eles na matemática pura, que lida, como o faz, com criações ideais, sem se preocupar com o fato de elas serem ou não concretizadas em algum momento. Contudo, as construções imaginárias do matemático, e mesmo os sonhos, aproximam-se da realidade ao ponto de disporem de um certo grau de fixidez, em consequência do que podem ser reconhecidas e identificadas como individuais. Em resumo, há uma forma degenerada de observação que é dirigida para as criações de nossas mentes — usando a palavra observação em seu sentido pleno como implicando algum grau de fixidez e de quase-realidade no objeto com o qual procura conformar-se. Assim, vemos que os índices são absolutamente indispensáveis na matemática; e até que esta verdade fosse compreendida, fracassaram todos os esforços no sentido de reduzir a normas a lógica das relações triádicas e relações superiores, enquanto que, tão logo foi apreendida, resolveu-se o problema. Letras comuns da álgebra que não apresentam peculiaridade alguma são índices. Também o são as letras A, B, C, etc. ligadas a uma figura geométrica. Advogados e outras pessoas que precisam enunciar com precisão um caso complicado recorrem às letras para distinguir individuais. As letras assim usadas não passam de simples pronomes relativos melhorados. Assim, enquanto pronomes demonstrativos e pessoais são, tal como são costumeiramente empregados, "índices genuínos", os pronomes relativos são "índices degenerados", pois embora possam, acidental e indiretamente, referir-se a coisas existentes, referem-se diretamente, e é tudo ao que precisam referir-se, a imagens na mente que foram previamente criadas pelas palavras.

306. Os índices podem distinguir-se de outros signos, ou representações, por três traços característicos: primeiro, não têm

nenhuma semelhança significativa com seus objetos; segundo, referem-se a individuais, unidades singulares, coleções singulares de unidades ou a contínuos singulares; terceiro, dirigem a atenção para seus objetos através de uma compulsão cega. Mas seria difícil, senão impossível, citar como exemplo um índice absolutamente puro, ou encontrar um signo qualquer absolutamente desprovido da qualidade indicial. Psicologicamente, a ação dos índices depende de uma associação por contigüidade, e não de uma associação por semelhança ou de operações intelectuais. Consulte 1.558.

6. SÍMBOLO^a

307. Um Signo (q.V.) se constitui em signo simplesmente ou principalmente pelo fato de ser usado e compreendido como tal, quer seja o hábito natural ou convencional, e sem se levar em consideração os motivos que originariamente orientaram sua seleção. *Σύμβολον* é usado várias vezes por Aristóteles, neste sentido, em *Peri hermeneias*, no *Sophistici Elenchi* e em outros textos.

308. **THEMA^b**: Palavra proposta em 1635 por Burgersdicius (Burgersdyk) em sua *Lógica* (I., II., §-) para "quod intellectui cognoscendum proponi potest" contudo, o que ele parece significar é aquilo que por vezes Aristóteles vagamente exprime por *λόγος*, o objeto imediato de um pensamento, um significado.

É da natureza de um signo, e particularmente de um signo que se torna significativa por uma característica que reside no fato de que será interpretado como signo. Sem dúvida, nada é signo a menos que seja interpretado como signo; mas a característica que o faz ser interpretado como referindo-se a seu objeto pode ser tal que pertença a ele independentemente de seu objeto e apesar de seu objeto nunca ter existido, ou pode estar numa relação tal com seu objeto que ele a teria da mesma forma quer fosse interpretado como signo ou não. No entanto, o *thema* de Burgersdicius parece ser um signo que, tal como uma palavra, está ligado a seu objeto por uma convenção de que deve ser assim entendido, ou então por um instinto natural ou por um ato intelectual que o toma como um representativo de seu objeto, sem que necessariamente ocorra uma ação qualquer que poderia estabelecer uma conexão fatural entre signo e objeto. Se era esse o significado de Burgersdicius, seu *thema* é a mesma coisa que o presente autor denomina de "símbolo" (Cf. Signo).

a. *Ibid.*, vol. 2, p. 640.

b. *Ibid.*, vol. 2, p. 691-2.